



Banco de Alimentos como promotor de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Foz do Iguaçu

Regina do Nascimento¹

RESUMO: O escopo do presente trabalho baseia-se em apresentar um relato técnico sobre o projeto de aplicação de ações de melhoria na operacionalização do Banco de Alimentos - BA de Foz do Iguaçu, feito sob análise do sistema de gestão atual. Os BA são importantes equipamentos públicos que atuam na promoção do direito humano à alimentação adequada e também na promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. Trata-se de um estudo de caso no qual foi realizado uma pesquisa teórica de exemplos internacionais de implantação de Bancos de Alimentos para compreender os entraves e sucessos alcançados com a popularização dos BA. Após implantação de algumas melhorias previstas no projeto é possível visualizar resultados positivos, como por exemplo, sensibilização do público para o tema de Segurança Alimentar e ampliação de parcerias na doação de alimentos, o que permitiu aumentar o número de pessoas atendidas, passando de 6.000 para aproximadamente 8.000 pessoas. O presente estudo contribuiu na ampliação do debate sobre Segurança Alimentar, propondo ações práticas de operacionalização de um BA, identificando-o como um importante equipamento público para o abastecimento alimentar.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Programa de Aquisição de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT: The scope of this paper is to present a technical report on the project to implement actions to improve the operationalization of the Food Bank of Foz do Iguaçu, made under analysis of the current management system. Food banks are important public facilities that promote human rights to food and to promote the availability and accessibility to such rights. This is a case study in which a theoretical research was performed about international examples of implantation of food banks to understand the obstacles and successes achieved. After the implementation of some improvements foreseen in the project, positive results were observed, such as public awareness of food safety and the expansion of partnerships in food donation, which increased the number of people served, from 6,000 to approximately 8,000 people. The present study contributed to the expansion of the debate on food safety, proposing practical actions for the operationalization of a food bank and identifying it as an important public tool for supplying food.

Keywords: Food Banks; Food Acquisition Program; Food and nutrition safety.

¹ Graduada em Letras Português/Espanhol pela Unioeste e em Gestão Pública pelo IFSC. Especialista em “Linguagem, Cultura e Ensino”, pela Unioeste e Especialista em “Gestão Ambiental em Municípios”, pela UTFPR. Servidora Pública, estudante do curso de Gestão Pública e Gerenciamento de Projetos. E-mail: reginaee@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os Bancos de Alimentos são equipamentos públicos de abastecimento e Segurança Alimentar que tem como principal objetivo o combate à fome e ao desperdício de alimentos (RANGEL, 2016). Considerado o “Paí dos Bancos de Alimentos”, John Van Hengel fundou em 1967 o St. Mary's Food Bank, o primeiro Banco de Alimentos no mundo. De acordo com Belik (2004) o nome foi dado em homenagem à Paróquia de St. Mary, que cedeu um de seus prédios para Hengel realizar seu trabalho.

Com o tempo foram incorporadas novas funções ao BA, como a articulação com a agricultura familiar por meio dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA), além de ações de educação alimentar. Dessa forma, os BA passaram a desempenhar papel central na organização dos sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, a exemplo do que acontece em Foz do Iguaçu. Por ser uma tríplice fronteira e em função de todo o contexto histórico (político e econômico) o município apresenta grande número de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, com o intuito de promover ações que beneficiem esta parcela da população, foi instituído o Programa Banco de Alimentos, por meio da Lei nº 4139, de 19 de setembro de 2013.

A referida Lei determina que o Banco de Alimentos seja um local de promoção de cursos de educação alimentar e nutricional; estudos, pesquisas e debates sobre temas relacionados à segurança alimentar. No entanto, percebe-se que o local nem sempre é usado para este fim. O que leva à seguinte indagação: Como transformar este espaço para que ele não seja apenas um local de depósito e distribuição de alimentos, mas sim um espaço acolhedor, multiplicador de conhecimentos e reconhecido pela comunidade de Foz do Iguaçu?

O objetivo deste relato técnico é demonstrar a aplicação de ações de melhoria na operacionalização do BA de Foz do Iguaçu de forma sistematizada, possibilitando que essas ações possam ser replicadas em outros contextos. O estudo se justifica pela importância atribuída na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi desenvolvido um projeto de modernização da estrutura física e do sistema de gestão do BA, sendo necessário a efetivação de parcerias com instituições atuantes na área, a saber, Sindicato Rural e CAPA- Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia.

Após a Introdução, onde foi desenvolvido genericamente o tema, tem-se a Fundamentação Teórica, que apresenta estudos correlatos publicados em periódicos, anais de eventos ou sites de órgãos oficiais. Em seguida é apresentado o Método do Relato, que neste caso é Estudo de Caso. Logo após é discorrido sobre o Contexto da Situação-Problema, no intuito de apresentar alguns aspectos da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, bem como gerar informações sobre o problema vivenciado no (BA) do município. Os detalhes do projeto e suas fases são descritos no capítulo intitulado: Apresentação do Projeto de Intervenção.

Por fim, são apresentados os benefícios e contribuições que o projeto proporcionou/proporcionará à prefeitura, como por exemplo, aumento no número de parceria e doações ao BA, conseqüentemente aumento no número de pessoas atendidas, sendo o capítulo 6 destinado a isso. Por fim, as Considerações Finais, onde é abordado o que de fato foi produtivo após a finalização deste trabalho. Lembrando que o projeto ainda não foi finalizado, mas que já foi possível experimentar alguns resultados positivos.

2 ESTADOS UNIDOS: O BERÇO DOS BANCOS DE ALIMENTOS

Tudo começou em Phoenix, no Arizona, Estados Unidos, nos anos 60 quando a situação de pobreza de um grande número de moradores motivou as instituições assistenciais a buscarem alternativas para ampliar sua capacidade de atendimento. A situação chocante de ver uma mãe de família faminta, procurando alimentos aos seus nove filhos, recolhendo os

produtos que caíam ao chão durante as descargas efetuadas de madrugada nos supermercados, foi o que motivou John Van Hengel, empresário aposentado, a desenvolver a ideia de Bancos de Alimentos (ALMEIDA, 2003).

De acordo com Almeida (2003) John Van Hengel é considerado o “Pai dos Bancos de Alimentos”, fundou em 1967 o St. Mary's Food Bank, o primeiro Banco de Alimentos no mundo, com um único objetivo de lutar contra a fome, recuperando alimentos consumíveis, mas que não se podem comercializar. Hoje o St. Mary's Food Bank é um dos maiores dos Estados Unidos e causou grande impacto no Arizona e no mundo. A experiência deu tão certo que logo cruzou fronteiras e contou com o apoio de alguns governos que instituíram leis de incentivo a doadores, como por exemplo, a Lei do Bom Samaritano de 1996 (BELIK, 2004). No Canadá existem mais de 615 bancos, congregados na Associação Canadense de Bancos de Alimentos. Na Europa são vários países que já adotaram o modelo, como por exemplo, França, Bélgica, Itália, Irlanda, Portugal, Grã-Bretanha, Polônia, Grécia, Espanha. No mundo, a iniciativa ganha impulso no México, Uruguai, Argentina, Colômbia (CEASA CAMPINAS, 2018).

Alguns bancos de alimentos, como o Daily Bread Food Bank de Toronto, o Greater Vancouver Food Bank ou o sistema de Moissons em Quebec são grandes órgãos coordenadores que recolhem e fornecem alimentos para programas de alimentação emergencial e cozinhas comunitárias (RICHES, 2002). Nos sites oficiais destas instituições há uma fonte riquíssima de informações e dados relevantes acerca da história, mobilização e ações que são realizadas mundialmente no combate à fome. O site Daily Bread Food Bank, por exemplo, informa que a instituição atende semanalmente até 5.000 pessoas em agências em Toronto. Partindo do princípio que o acesso à comida é um direito humano básico e não um privilégio, o Daily Bread Food Bank tem como missão apoiar agências membros para fornecer alimentos e assistência a pessoas que lutam contra a fome e assim reduzir a pobreza através da pesquisa, educação e promoção da mudança social (DAILY BREAD FOOD BANK, 2018). O Greater Vancouver Food Bank além de promover o acesso à alimentação saudável, acrescenta na sua missão a criação de ambientes de capacitação, educação e treinamento, pois reconhece que trabalhar apenas com a alimentação de emergência não é uma solução a longo prazo (GREATER VANCOUVER FOOD BANK, 2018).

O St. Mary's Food Bank é uma organização comunitária que investe fortemente em propagandas. Doadores individuais, doadores corporativos e subsídios privados ajudam a alimentar pessoas com fome e famílias em situação de vulnerabilidade social, melhorando a qualidade de vida da comunidade local. Informações disponibilizadas no site da instituição registra que 90% do público atendido têm uma renda familiar anual de US \$ 30.000 ou menos. Para obter comida suficiente, 77% deste público compram os alimentos mais baratos disponíveis, independentemente do valor nutricional e 70% deles comem alimentos após a data de validade. No Arizona, 435.000 crianças enfrentam a fome todos os dias. Para ilustrar esse número, é feita a comparação de que poderia ser lotado 7,5 vezes o estádio de futebol do Arizona Cardinals com o número de crianças que se encontram em situação de insegurança alimentar (ST. MARY'S FOOD BANK ALLIANCE, 2018).

2.1 O Programa Banco de Alimentos no Brasil

No Brasil não é diferente os números alarmantes de pessoas em situação de insegurança alimentar. São jogados fora, todos os dias, 39 milhões de quilos de alimentos que dariam para alimentar 19 milhões de pessoas. Enquanto isso, cerca de 44 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, estão sujeitos à fome (CEASA CAMPINAS, 2018). É certo que mudar esta realidade é um desafio gigante, mas é necessário o desenvolvimento de ações, mesmo que pequenas, para minimizar este problema social.

No Brasil a primeira experiência foi trazida pelo SESC, em 1994, por meio do Programa Mesa/São Paulo, que integrava empresas, instituições sociais e voluntários com foco no combate ao desperdício de alimentos e à fome. Já em 2000, a Prefeitura Municipal de Santo André implantou a primeira iniciativa governamental da América Latina: o Banco Municipal de Alimentos de Santo André (NOVAES, 2008). Hoje já existem dezenas de bancos, implantados ou em instalação, no Brasil.

A definição de Banco de Alimentos pode ser bem compreendida como “armazéns centralizados ou organizações sem fins lucrativos, criados para recolher, armazenar e distribuir alimentos excedentes, de forma gratuita para pessoas famintas ou para agências sociais de linha de frente que fornecem alimentos e refeições suplementares” (RICHEs, 2002 pag. 650). No entanto, seria imprudente considerar esta descrição como definitiva, pois pode-se agregar muitas outras funções a este espaço, dependendo de suas metas e objetivos, bem como seu tamanho e escopo (RICHEs, 2002).

Os Bancos de Alimentos são equipamentos públicos de abastecimento e Segurança Alimentar que tem como principal objetivo o combate à fome e ao desperdício de alimentos (RANGEL, 2016). Atuam no armazenamento, processamento e distribuição de alimentos doados, mas que se encontram em condições de consumo e que não oferecem risco ao consumo humano. Depois de recebido, selecionado, processado ou não, e embalado, os alimentos são distribuídos gratuitamente às entidades socioassistenciais (GASPARONI, 2017). Os alimentos que chegam ao Banco de Alimentos podem ser por meio de doações ou via programa governamental, destinados a entidades de caráter socioassistencial. Também podem ser privados, desde que sua gestão seja feita por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos.

3 MÉTODO

Trata-se de um trabalho com abordagem de pesquisa qualitativa. De acordo com Gil (2002) a análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa. Caracteriza-se pela ausência da estatística no processo de análise do problema, sendo o mais adequado para estudos que objetivam o aprofundamento de fenômenos sociais, sendo assim o mais adequado para este trabalho. Quanto aos objetivos pode ser considerada uma Pesquisa Exploratória, pois de acordo com Gil (2002), essa pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Quanto aos procedimentos técnicos pode ser considerada um Estudo de Caso, pois “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2015, pag. 32).

Como afirma Yin (2015), a evidência do estudo de caso pode vir de várias fontes: Documentação; Registros em arquivos; Entrevistas; Observação direta; Observação participante e Artefatos físicos, sendo que cada fonte está associada com uma série de dados ou evidências. O autor ainda comenta que os três princípios para a coleta de dados são: O uso de múltiplas fontes de evidência, não apenas uma; A criação de um banco de dados do estudo de caso; e manutenção de um encadeamento de evidências.

No desenvolvimento deste trabalho foram escolhidas como fontes de dados a Documentação, Registro em arquivos e a observação participante por se aproximarem mais da maneira como foi desencadeada o presente estudo. Foram levantados dados considerados relevantes acerca do tema. Os dados bibliográficos foram coletados entre os meses de dezembro de 2017 a abril de 2018, utilizando como palavras chaves: Programa Banco de Alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional, no intuito de não ampliar demais a pesquisa e facilitar na hora da leitura.

A coleta de dados por documentação foi feita na sede da Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento – SMAG por meio de levantamento de informações de leis e decretos, como por exemplo, Lei n. 4139, de 19 de set. de 2013, que Institui o Programa Banco de Alimentos e o Decreto n. 19.977, de 22 de out. de 2010 que aprova o Regimento Interno do Banco de Alimentos. Todas as ações propostas no projeto foram avaliadas mediante análise conceitual abordada nesses documentos e foram levadas em conta a estrutura organizacional do BA para melhor desenvolver as ações.

Outra fonte de informação a ser considerada é a existência de registros em arquivos na entidade que coordena o BA, a SMAG. Informações como: Número de fornecedores cadastrados no BA, entidades assistenciais atendidas, número de atendimentos realizados, registros organizacionais, como tabelas, orçamentos e os dados geográficos aqui mencionados foram incluídos mediante o registro em arquivos mantido pela entidade desde a sua implantação. Os dados foram coletados por meio dos arquivos em computador, fichas, relatórios impressos e digitais, memorandos impressos arquivados. O uso de registros e documentos já disponíveis reduz tempo e custos de pesquisa, além de uma informação estável e não depende de uma forma específica para ser coletada.

Outra fonte de coleta de dados utilizada foi a observação participante, de muita relevância para este estudo, pois aqui o pesquisador não é apenas um observador passivo e sim atuante, e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados, e como afirma Yin (2015, pag. 116) “essa é uma oportunidade muito interessante..... Muitas pessoas argumentam que essa perspectiva é de valor inestimável quando se produz um retrato ‘acurado’ do fenômeno do estudo de caso”.

Sendo o BA gerenciado pela SMAG, local de trabalho da pesquisadora, o acesso às informações foi mais acessível. Foram realizadas 06 visitas de campo, participação em reuniões nos dias 07 de julho, 25 de julho e 10 de agosto de 2017, e acompanhamento das atividades diárias do BA. Nas visitas *in loco* foi possível identificar as condições físicas dos espaços de trabalho, revelando o empobrecimento da organização quanto à estrutura física, equipamentos defasados e mão de obra qualificada, porém escassa, o que dificulta as ações em tempo hábil. Com base nisso elaborou-se um plano de ação para atuar sobre um ou mais problemas identificados e priorizados pela equipe atuante. Foi então proposto um projeto com ações de melhorias focadas na modernização e adequação da estrutura física dentro das normas da vigilância sanitária para um melhor atendimento ao público alvo.

Assim, é possível criar um espaço de promoção de cursos de educação alimentar e nutricional, a chamada “Alfabetização Alimentar”, proposta pelo Greater Vancouver Food Bank; e de capacitação, com ênfase em técnicas de redução e eliminação de desperdícios e garantia da qualidade sanitária no preparo de alimentos. Os cursos de formação em Segurança Alimentar se dará por meio da temática de reaproveitamento de alimentos, modo de preparo, visando capacitar e instrumentalizar os beneficiários que possam ter uma fonte de renda alternativa e possam também multiplicar o conhecimento com as outras comunidades.

4 CONTEXTO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é uma ação do Governo Federal criada em 2003 para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar num dos aspectos mais difíceis que é o acesso de seus produtos ao mercado. Os processos de comercialização por meio do PAA são mais simplificados, há dispensa de licitação para a compra dos produtos da agricultura familiar, ou seja, o programa prevê a compra direta de alimentos dos agricultores locais (HESPANHOL, 2013). O programa possibilita aos agricultores venderem seus produtos às instituições públicas locais, no caso do nosso município, no Banco de Alimentos. Este faz a gestão dos

produtos advindos do PAA e de doações diversas e faz a doação simultânea às entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Mesmo com o aumento do número de produtores inseridos no PAA ao longo dos anos, com os recursos disponibilizados e com as pessoas atendidas pelo programa, a abrangência do PAA ainda é limitada e concentrada em termos macrorregionais e estaduais. Ademais das limitações, o programa enfrenta outras dificuldades, a saber: falta de articulação entre as políticas públicas, como o acesso ao crédito rural (PRONAF) e à assistência técnica (HESPANHOL, 2013). Pode-se dizer que tais dificuldades se refletem, em parte, em nosso município, principalmente no que diz respeito à assistência técnica.

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná e é um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros. Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural. A cidade possui uma extensa área de produção agrícola, área rural: 138,17 Km (PREFEITURA MUNICIPAL FOZ DO IGUAÇU, 2018), Sendo que a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento- SMAG vem continuamente intensificando processos de capacitação ao produtor rural, inserindo os mesmos nos diversos projetos e programas federais.

A SMAG foi criada por meio da Lei nº 3025 de 18 de janeiro de 2005. Desde então tem trabalhado ativamente no desenvolvimento de projetos de apoio ao produtor rural, a fim de promover o desenvolvimento rural integrado e sustentável baseado na busca de alternativas aos problemas prioritários e nas potencialidades locais priorizando o processo educativo e o bem-estar da população rural. Com a assistência técnica ofertada, a SMAG visa incentivar o aumento da comercialização da produção agrícola com técnicas apropriadas à produção da agricultura orgânica e busca diminuir os custos de produção, gerando assim um aumento na produção e fixando o produtor rural no campo. A SMAG também é responsável por gerenciar o BA de Foz do Iguaçu (BRASIL, 2013).

O BA onde será realizado o projeto localiza-se na região nordeste da cidade, na Avenida Andradina, entre os bairros Vila Andradina, Jardim Almada e Cidade Nova, inseridos no que chamamos de “Região da Vila C”. Pode-se considerar que o perfil sócio econômico da população da região é basicamente de ex-trabalhadores da construção civil da Itaipu e trabalhadores do comércio informal do Paraguai (PREFEITURA MUNICIPAL FOZ DO IGUAÇU, 2018). O BA possui em seu cadastro ativo um total de 226 fornecedores, oriundos da agricultura familiar que entregam seus produtos para doação simultânea às entidades cadastradas, que hoje somam o total de 65 entidades. As doações espontâneas foram enfraquecidas nos últimos anos, ou seja, o banco até o ano de 2017 estava funcionando praticamente apenas com produtos advindos do PAA. Neste sentido, no início do ano de 2018 houve um grande impacto no atendimento quando foi encerrado o PAA sem perspectivas de liberação de recursos para o programa pelo Governo Federal (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2018)

De acordo com o Regimento Interno do Banco de Alimentos de Foz do Iguaçu, seus usuários são entidades assistenciais, associações, institutos e fundações sem fins lucrativos que atendem a indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como também programas, projetos e ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu PR. Os beneficiários são aquele que usufruem dos serviços das entidades assistenciais cadastradas junto ao Banco de Alimentos e consome os alimentos distribuídos (famílias, crianças, adolescentes, adultos, idosos, doentes e outros em situação de vulnerabilidade social) e a população em geral que se encontra em situação de insegurança alimentar em caráter emergencial (BRASIL, 2010).

Pode-se considerar que as ações do BA estão alinhadas em três esferas: econômica, social e ambiental. Como agente atuante no combate à fome e ao desperdício alimentar, vem

causando impactos positivos. Sua iniciativa ameniza a degradação social garantindo segurança alimentar às pessoas necessitadas e, concomitantemente, contribui com a preservação ambiental, e também oportuniza o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares.

A realização do projeto tem por finalidade resolver, ou pelo menos mitigar, as dificuldades encontradas no sistema de gestão e adquirir ferramentas tecnológicas que intensifiquem as ações já desenvolvidas pelo BA e melhorar a logística de atendimento para alcançar um bem maior que é o desenvolvimento do território. Em conversa com o coordenador foram registrados os principais problemas evidenciados: número reduzido de funcionários; deficiência na construção de um banco de dados com informações precisas; equipamentos de informática defasados; monitoramento do local fragilizado (fazendo com que o espaço seja alvo de vândalos); espaço físico inutilizado para execução de cursos de capacitação, conforme previsto em lei.

Atualmente o BA opera com um número muito reduzido de pessoas: 01 (um) coordenador e 03 (três) funcionários. O coordenador relata ainda que todo o trabalho é realizado manualmente, o que causa um desgaste muito grande da equipe e que pode gerar informações imprecisas, causadas por falha humana. Os equipamentos de informática estão defasados e devido ao seu tempo de uso, estão constantemente apresentando problemas e, muitos deles, totalmente danificados, prejudicando os eventos programados.

Nascimento et al., (2017) afirmam que a avaliação de uma política pública é uma ferramenta importante para o governo, pois é por meio dela que é possível realizar uma série de ações em função dos resultados obtidos, a saber: gerar informações úteis para futuras políticas públicas; prestar contas de seus atos; justificar as ações e explicar seus atos; responder se os resultados esperados estão sendo alcançados e identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa. Sendo assim, propõe-se a implantação de um sistema de monitoramento e software para gerenciamento de dados que visa aumentar o controle de estoque/entrada e saída de produto e obter informações precisas que possam de fato agilizar a tomada de decisões e, conseqüentemente, melhorar o nível de serviço prestado à população. Essa ferramenta auxiliará no monitoramento do programa e fornecerá subsídios para a gestão local e o governo federal.

Segue abaixo o Quadro 01 que resume os principais problemas identificados no contexto do BA:

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NO BANCO DE ALIMENTOS	
1	Região de Tríplice Fronteira que apresenta grande número de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social;
2	Localização Geográfica do Banco de Alimentos;
3	Número reduzido de funcionários;
4	Deficiência na construção de um banco de dados com informações precisas;
5	Equipamentos de informática defasados;
6	Monitoramento do local fragilizado;
7	Espaço físico inutilizado para execução de cursos de capacitação, conforme previsto em lei;
8	Cancelamento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Quadro 01: Principais problemas identificados no Banco de Alimentos.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

5 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

As ações do Banco de Alimentos de Foz do Iguaçu vem de encontro com um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, mais especificamente o objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. É um espaço de fundamental importância no município de Foz do Iguaçu por atender as necessidades das populações mais carentes, contribuindo com o direito humano à alimentação, e assim, promovendo inclusão social e econômica dos produtores rurais, que com o programa PAA, e dentre outros, geram o fortalecimento da agricultura familiar.

A análise situacional do BA foi feita logo após a equipe proponente do projeto participar de um curso de Capacitação em Desenvolvimento Territorial, promovido pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI, momento em que os participantes deveriam apresentar alguns problemas que identificavam no seu setor de trabalho e que eram possíveis aplicar melhorias. A Capacitação ocorreu de maio a junho de 2017 e em julho foi apresentado o projeto para a banca avaliadora para angariar recursos e assim desenvolver as ações descritas no projeto apresentado.

Apesar da não aprovação nesta banca, a equipe seguiu com a ideia e em dezembro de 2017 apresentou a proposta ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), que é uma ferramenta online que agrega e processa informações sobre as transferências de Recursos Federais para Órgãos Públicos e Privados sem fins lucrativos. O projeto então foi aprovado e já foi iniciado os trâmites legais para a transferência de recursos e abertura de licitação para compra de materiais e equipamentos permanentes. Foi feito o contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal nº 853152/2017, que se encontra cadastrado no Programa de Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com pendência técnica e prazo para atendimento até 20/08/2018.

A proposta lançada pelo projeto ao BA de Foz do Iguaçu é transformar este equipamento público, deixando de atender apenas na linha “alimentação de emergência”, para atuar também com a “Alfabetização Alimentar”, proposta que integra as ações do Greater Vancouver Food Bank. Este equipamento público do Canadá trabalha na alfabetização comunitária em torno do alimento, ensinando formas de melhor aproveitar o alimento, usando para isso as cozinhas comunitárias (GREATER VANCOUVER FOOD BANK, 2018). A proposta é a realização de cursos de capacitação ao agricultor cadastrado no BA, visitas técnicas às propriedades dos agricultores cadastrados e capacitações com as entidades beneficiadas e o público em geral, abordando o tema de Segurança Alimentar e Nutricional.

Enquanto isso já foi traçado as fases a serem desenvolvidas para facilitar a aplicação das mesmas quando a parte burocrática for finalizada. No Quadro 02 são apresentadas as Fases do Projeto de Intervenção:

**FASES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Componentes: São os produtos (obras, serviços, capacitação, manual, etc.) que devem ser desenvolvidos para atingir o objetivo do projeto.

Atividades: São aquelas que devem ser cumpridas para a realização de cada um dos componentes e que implicam custo.

Componentes	Atividades	Formas de Execução da atividade	Resultado Esperado	Indicadores de sucesso objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Recursos	Responsável
1 – Aquisição do sistema de monitoramento e gerenciamento de dados	-Elaboração do plano de ação para o desenvolvimento do sistema de gerenciamento de dados; - Apresentação e debate das conclusões com assessores de TI e empresas parceiras; - Orçamento dos equipamentos e ferramentas tecnológicas necessárias; - Apresentações e relatórios periódicos do processo de desenvolvimento.	Reuniões; Oficinas; - Visitas; Contatos; Relatórios	Sistema informatizado adquirido	Demonstrações técnicas do sistema e sua funcionalidade	Ferramentas da informática/ internet; Notas fiscais; Orçamento.	Recursos Financeiros R\$ 73.185,00	Empresa contratada por licitação
2 – Palestras sobre Segurança Alimentar e Divulgação do Projeto	-Reunião para delegação de responsabilidade; - Distribuição de Convites às entidades e produtores familiares; - Mídia escrita e falada; - Redes Sociais; - Contatos com os parceiros; - Realização das palestras; - Questionário de avaliação do evento.	Contatos; Reuniões; Divulgação em jornal, rádio folders; Feiras e eventos Palestras; Avaliação	Sensibilização do público para o tema de Segurança Alimentar e visibilidade do projeto	Participação de pelo menos 50 % dos beneficiados pelo Banco de Alimentos	Lista de presença, Fotos/ Imagens; Questionários de avaliação	Recursos Econômicos Serão realizadas em parceria.	UNILA - Professor coordenador do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar





FASES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO							
Componentes: São os produtos (obras, serviços, capacitação, manual, etc.) que devem ser desenvolvidos para atingir o objetivo do projeto.							
Atividades: São aquelas que devem ser cumpridas para a realização de cada um dos componentes e que implicam custo.							
3 – Lançamentos dos Cursos de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Produção do material dos cursos (apostilas, slides, vídeos etc.); -Divulgação do evento; -Inscrições e credenciamento para as capacitações; - Contato com os instrutores para as capacitações; -Realização das capacitações; 	Reuniões; Contratação Efetivação de Parcerias; Capacitação	Atender pelo menos 50% das entidades beneficiadas pelo Banco de Alimentos e agricultores.	Entidades e agricultores capacitados	Lista de presença - Material da capacitação (apostilas, vídeos e imagens)	Recursos Econômicos Serão realizadas em parceria.	Sindicato Rural de Foz do Iguaçu, por meio do SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
4 – Orientações Técnicas aos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião para delegação de responsabilidade; - Realização da parte prática debatida nos cursos de capacitação; - Visitas in loco às propriedades rurais; - Levantamento de necessidades; - Aplicação de resultados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Contatos - Reuniões - Oficinas - Visitas <i>in loco</i> 	Aperfeiçoamento do sistema de produção, melhor renda e qualidade de vida dos agricultores participantes do projeto.	- Participação de pelo menos 80 % dos agricultores inseridos no PAA	Fotos/imagens - Questionários de avaliação	Recursos Econômicos Serão realizadas em parceria.	CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Produtor.
5 – Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar juntos ao público atendido pelo Banco de Alimentos as melhorias obtidas com o projeto; - Avaliação do sistema informatizado; - Avaliação das capacitações. 	-Visita in loco, aplicação do checklist e coleta de dados.	<ul style="list-style-type: none"> - Otimização do tempo; - Melhoria do atendimento 	Fornecedores/ agricultores satisfeitos; - Representantes das entidades capacitados.	-Aplicação de questionário	Recursos Econômicos	Equipe da SMAG, proponente do projeto.

Quadro 02: Fases do Projeto de Intervenção

Fonte: Projeto “Banco de Alimentos como promotor de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Foz do Iguaçu. 2017”.



6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES

Este estudo foi inicialmente idealizado para suprir a demanda do Banco de Alimentos de Foz do Iguaçu que necessitava de melhorias desde a estrutura física quanto no sistema de gestão. A ideia original encaminhava-se para a análise dos problemas evidenciados para em seguida traçar ações objetivas que pudessem alavancar as atividades do BA por meio de estratégias inovadoras no setor. No entanto, no decorrer do estudo novos problemas foram surgindo, como por exemplo, o cancelamento do PAA com o município, diminuindo significativamente a quantidade de alimentos recebidos pelo BA.

Diante disso, a primeira ação proposta foi divulgar as ações do BA junto a parceiros em potencial. Após um intenso trabalho da equipe do BA, já no início de 2018 foram firmadas parcerias com Supermercado Makro, Central de Abastecimento – Ceasa Foz e EADISUL, que hoje contribuem significativamente com doações, que conseqüentemente são repassadas às entidades e famílias carentes. Foi notório que após a reestruturação de algumas ações de gestão propostas no projeto foi possível aumentar o número de pessoas atendidas pelo programa que hoje gira em torno de 8.000 pessoas.

Assim, uma das contribuições deste estudo consistiu em mostrar na prática que o BA tem um papel social de grande relevância no município de Foz do Iguaçu. A atual gestão conseguiu aumentar a oferta e variedade de alimentos nutritivos adequados à população de baixa renda, reduzindo assim o número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional no município, contribuindo com o direito humano à alimentação e à segurança alimentar (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2018).

Alguns entraves limitaram a aplicação do projeto no tempo previsto. Primeiramente, é importante ressaltar que a implantação de um software de gestão não estava inserida formalmente no BA. Assim, na medida em que eram apresentadas as ações do projeto, verificou-se uma resistência por parte da gerência do BA, o que pode ser explicado inicialmente pela falta de formalização do uso de ferramentas tecnológicas, associado a fatores como a falta de confiança no compartilhamento das informações, resistência à mudança, rotatividade da equipe, entre outras.

O aspecto financeiro também foi um fator limitante, visto que as ações propostas de aquisição de ferramentas tecnológicas (sistema de monitoramento, software para gerenciamento de dados e balança eletrônica) foram associadas à aprovação do projeto pelo SICONV, e a liberação de recurso ainda não foi efetivada devido às questões burocráticas impostas pelo Convênio.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo identificaram-se questões que permitiriam o aprofundamento de outros estudos para ampliar o debate sobre o tema: Banco de Alimentos e Segurança Alimentar. Poderia ser firmada parceria com Universidades locais para realização de um programa de extensão universitária, que viabilizaria produção científica sobre o tema, ações de educação à saúde nas entidades beneficiadas e elaboração de proposta de avaliação do programa por meio de dados técnicos/científicos. A UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana poderia dar apoio técnico na articulação dos cursos de capacitação e ampliar a realização de palestras sobre Segurança Alimentar e também encaminhar estudantes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) para realização do estágio obrigatório e conseqüentemente o fortalecimento da equipe de trabalho do BA.

Outra sugestão para aprofundamento e análise seria a criação de uma Rede de Bancos de Alimentos da região Oeste, a qual seria responsável pela troca de experiências e implantação de um sistema de gestão comum entre os BA para facilitar a divulgação de ações,



a exemplo do que ocorre na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, onde foi desenvolvida uma plataforma informática, com uma base de dados unificada, capaz de otimizar e dar mais transparência à gestão dos Bancos de Alimentos. Com este software para a gestão de Bancos de Alimentos, desenvolvido pela Ceasa Minas para uso aberto, foi possível o cadastramento unificado de instituições beneficiárias, com informações detalhadas sobre a infraestrutura de atendimento e as características do público-alvo das instituições (BELIK et al., 2012).

Outra contribuição deste estudo foi apresentar um novo conjunto de indicadores de benefícios que podem ser alcançados com a prática de uma gestão eficiente, não limitando as ações do BA apenas a “distribuir alimentos aos necessitados”. O projeto foi estruturado com vistas a trazer benfeitorias consideráveis para a sociedade como um todo. Partindo desta premissa, a ideia é beneficiar quem usufrui dos serviços das entidades assistenciais cadastradas e consome os alimentos distribuídos pelo Banco de Alimentos (famílias, crianças, adolescentes, adultos, idosos, doentes), os agricultores familiares que entregam seus produtos no banco para doação simultânea, bem como a população em geral que se encontra em situação de insegurança alimentar em caráter emergencial.

O Quadro 03 apresenta quatro vertentes que direcionam todo o caminho delineado a ser alcançado e os impactos visíveis após a conclusão do projeto:

DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS	
Impacto Local:	Melhores condições de trabalho para a equipe de atendimento do Banco de Alimentos e eficiência nos critérios para atendimento à população em maior risco de insegurança alimentar;
Impacto Regional:	Desenvolvimento territorial, visto que poderá ser promovido o intercâmbio de experiências com programas que operem com objetivo e fins semelhantes aos do Banco de Alimentos do Município de Foz do Iguaçu, assim os conhecimentos gerados poderão ser disseminados. O Banco de Alimentos se tornará um ponto de referência para realizações de cursos de educação alimentar, nutricional e capacitação para merendeiras das escolas do município e das entidades cadastradas, destinados a difundir conceitos e práticas de Segurança Alimentar.
Impacto Social:	Contribuição no desenvolvimento de ferramentas de monitoramento e avaliação dos bancos e proposta de mecanismos de divulgação de boas práticas, mostrando a importância do Banco de Alimentos para o abastecimento alimentar.
Impacto Ambiental:	Com os cursos oferecidos no Banco de Alimentos, os beneficiados serão capacitados a criarem receitas saudáveis por meio do aproveitamento integral dos alimentos, contribuindo assim à redução do desperdício. A proposta também é incentivar os agricultores inseridos no PAA a transformarem as propriedades convencionais em orgânicas, gerando aumento de renda e agregando valor ao seu produto.

Quadro 03: Descrição dos benefícios

Fonte: Projeto “Banco de Alimentos como promotor de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Foz do Iguaçu 2017”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente trabalho foi possível verificar a realidade e a precariedade de investimentos do setor público na área de Segurança Alimentar e Nutricional, todavia também os esforços despendidos por algumas pessoas e instituições que estão entendendo a necessidade de debater este tema e desenvolver mais políticas públicas efetivas aos programas sociais. Como por exemplo, pode-se destacar o Projeto de Lei Nº 137/2017 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Foz do Iguaçu, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Observou-se no decorrer da pesquisa que muitos dos problemas vivenciados no BA de Foz do Iguaçu são semelhantes aos de outros municípios e que trazer o Programa e construir a estrutura pode ser considerado uma ação relativamente fácil, mas o gerenciamento burocrático do programa não é uma tarefa simples, pois ainda há diversidades conceituais no papel de um BA.

Aliado a isso existem as barreiras econômicas que impedem o alto investimento tecnológico necessário para garantir qualidade e efetividade das informações e dados produzidos no BA. Os problemas aqui identificados e as melhorias sugeridas só estão em fase de execução porque foi apresentado projeto e alcançado recursos fora do município, pois as demandas já existem há muito tempo, mas não havia recursos da prefeitura disponíveis para tais ações. Com isso, conclui-se que, dentro dos órgãos públicos é necessário investir na qualificação da equipe técnica em relação ao gerenciamento de projetos, pois se não há recursos, há a possibilidade de buscar parcerias e investimentos em outros setores públicos.

Como experiências de sucesso tem-se o Greater Vancouver Food Bank, Daily Bread Food Bank e o St. Mary's Food Bank. Seria utopia alcançar este nível? Pode até ser que sim, pois estes recebem apoio de empresas privadas, como por exemplo, walmart e HSBC. Porém, vale destacar que após pequenas mudanças já foi possível alcançar um resultado esperado do projeto que é o fortalecimento de alianças e parcerias ao Banco de Alimentos. Destacam-se o Supermercado Makro, Ceasa e EADI SUL, que a partir desde ano de 2018 estão fazendo doações de alimentos ao BA, com isso aumentou o número de fornecedores para atender a demanda de população que se encontra em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar no município.

Conclui-se que modernizar, fortalecer o sistema de gestão e ampliar as ações do BA de Foz do Iguaçu vem atender duas questões fundamentais, como a inclusão do pequeno produtor no mercado e dando a este garantia de venda e de renda, associando com a necessidade de acesso à alimentos por famílias carentes e em insegurança alimentar, sendo essas questões as principais que gerou a necessidade de intervenção e realização deste projeto. Vale ressaltar que o Banco de Alimentos gera também outros benefícios à cidade, como por exemplo, mais respeito e reconhecimento à pequena agricultura, geração de mercados e melhoria na nutrição dos consumidores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vânia Maria Araújo. **Banco de Alimentos: Uma ponte entre o desperdício e a fome**. 2003. 92 f. Monografia (Pós-Graduação em Planejamento e Educação Ambiental) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.



BELIK, Walter Belik; DE ALMEIDA CUNHA, Altivo Roberto Andrade; COSTA, Luciana Assis. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 38, 2012.

BELIK, Walter. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. Hucitec, 2004.

BRASIL. Decreto n. 19.977, de 22 de out. de 2010. **Aprova o Regimento Interno do Banco de Alimentos**. Foz do Iguaçu, PR, out. 2010.

BRASIL. Lei n. 4139, de 19 de set. de 2013. **Institui o Programa Banco de Alimentos e dá outras providências**. Foz do Iguaçu, PR, set. 2013.

CEASA CAMPINAS. **História dos Bancos de Alimentos**. Disponível em: <http://www.ceasacampinas.com.br/novo/Proj_historia.asp>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

DAILY BREAD FOOD BANK. **About Mission and Vision**. Disponível em: <<https://www.dailybread.ca/about/mission-and-vision/>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

GASPARONI, Gisely Peron. **Bancos de Alimentos como espaço articulador de Políticas Públicas**. In: II encontro nacional de gestores de bancos de alimentos, 30/11 e 01/12 de 2017, Brasília. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/banco_de_alimentos/II_encontro/Banco_de_Alimentos_como_espaco_articulador_de_Policas_Publicas.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GREATER VANCOUVER FOOD BANK. **Our Programs**. Disponível em: <<https://www.foodbank.bc.ca>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia. v. 25, n.3, p. 469-483, set./dez. 2013.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rede de Equipamentos Públicos – Banco de Alimentos – Institucional**. Disponível em: <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

MOISSON QUEBEC. **Distribution de denrées**. Disponível em: <<http://www.moissonquebec.com/services-aux-organismes/#>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio; JOHANN, Jerry Adriani; BASSO, Dirceu. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 2, 2017.





NOVAES, Claudia dos Reis Lisboa. **Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Perfil da População de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=113>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Relatório Banco de Alimentos 2017**. Foz do Iguaçu, 2018. 20 p.

RANGEL, Tauã. O programa banco de alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. **Lex Humana**, v. 8, n. 2, p. 120-136, 2017.

RICHES, Graham. Food banks and food security: welfare reform, human rights and social policy. Lessons from Canada?. **Social Policy & Administration**, v.36, n. 6, p. 648-663, 2002.

ST. MARY'S FOOD BANK. **A hungry, young mother. A man with a mission. And a new goal**. Disponível em: <<https://www.firstfoodbank.org/about>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

